

## Editoriais

## OPÇÃO PELO PROTECIONISMO

Preocupado com o avanço dos veículos importados no mercado e com as consequências danosas para a indústria nacional, o governo federal decidiu elevar em 30 pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e caminhões. A medida, inquestionavelmente protecionista, dá um alento para as fábricas brasileiras, que estão com grandes estoques de veículos em seus pátios e concedendo férias coletivas aos trabalhadores, mas também implica risco de apelações à Organização Mundial de Comércio (OMC), pelo fato de infringir claramente normas internacionais. Diante de um cenário externo adverso, é óbvio que o país precisa se preocupar com sua própria economia, mas sempre respeitando o padrão de negociações globais, para evitar ônus que, no final, acabam sendo transferidos a toda a sociedade.

De agosto do ano passado até o mesmo mês deste ano, de fato, as importações de veículos por empresas sem fábricas no país simplesmente duplicaram. São justamente essas, a maioria da China e da Coreia do Sul, que terão um impacto de até 28% no preço final de seus carros e caminhões, com a tendência de levar a um desaquecimento nas vendas. Se quiserem fugir da elevação, as demais precisarão ter 65% de conteúdo nacional e regional, investir mais em pesquisa e desenvolvimento e obedecer a uma série de requisitos. Todas essas exigências têm objetivos



**Três anos depois do início da crise econômica global, completados agora, o país age bem ao tentar preservar seu mercado interno, mas não pode incorrer no erro de, eventualmente, violar regras do comércio internacional.**

que, sob o ponto de vista do governo, são considerados vitais neste momento, como o de estimular a geração de emprego internamente e favorecer a indústria nacional. O Brasil é o quinto mercado da indústria automotiva global e o sétimo na lista de produtores. Trata-se de um patrimônio considerável, que precisa ser preservado.

Por mais que as justificativas do governo para as providências anunciadas agora sejam procedentes, esse é o tipo de solução que não merece aplausos. O Brasil, certamente, não se conformaria se restrições semelhantes fossem adotadas por países que importam seus produtos. Uma providência desse tipo afeta a livre concorrência e, nesses casos, os desdobramentos costumam ter consequências indesejáveis que acabam sendo arcadas pelo consumidor. Por isso, o desejável, diante do impasse, é que a elevação

do imposto seja mesmo transitória e acompanhada de salvaguardas capazes de impedir os produtores nacionais de tirar vantagem, elevando os preços de seus veículos.

A crise internacional, que afeta hoje, de forma mais intensa, economias mais avançadas, tem levado um grande número de países a buscar saídas para reduzir seu impacto. Três anos depois do início da crise econômica global, completados agora, o país age bem ao tentar preservar seu mercado interno, mas não pode incorrer no erro de, eventualmente, violar regras do comércio internacional.

## SC-401 e mobilidade

O Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) anunciou, ontem, que a duplicação da SC-401 entre o trevo de Jurerê e o de Canasvieiras estará concluída em dezembro próximo, antes da abertura da temporada de verão. O presidente do órgão, Paulo Meller, ao detalhar as obras em andamento, garantiu que tudo está seguindo conforme o planejado. Em média, 42 mil veículos trafegam, diariamente, por esta rodovia estadual, que dá acesso aos balneários do Norte da Ilha de Santa Catarina. Essas praias, outrora tranquilas e preservadas, se transformaram em bairros movimentados e densamente povoados. No verão, o volume de tráfego salta para quase 60 mil veículos por dia.

Os números bastam para conferir urgência às obras em andamento. Com efeito, a duplicação da SC-401, reivindicação velha de muitos anos, tem crucial importância não apenas para os moradores daquela área da Ilha-Capital, mas para a cidade inteira, cujo trânsito hoje sofre congestionamentos em cadeia. Florianópolis ostenta o título de campeão nacional da falta de mobilidade, e de vice-campeã mundial desta estressante "modalidade", perdendo apenas para a tumultuada Pukhet, na Tailândia. Não raro, as filas de veículos que se originam na SC-401 nos horários de pico se estendem até a área continental da cidade.

Entretanto, convém anotar que, urgente e impositiva, a duplicação

da SC-401, cujos prazos anunciados pelo poder público serão cobrados pela sociedade, é mais uma medida com "prazo de validade". Para que a qualidade de vida na região seja preservada e ampliada, não bastam providências tradicionais e pontuais, como duplicações de estradas, viadutos, pontes, túneis, cuja capacidade, mais dia, menos dia, também será superada pela demanda.

É fundamental que a sociedade mude de mentalidade, e que os poderes públicos adotem modelos de planejamento e gerenciamento que levem em conta esta mudança de paradigma, estimulando o transporte público de qualidade e o uso de meios alternativos de locomoção, como a bicicleta.

## Artigos

## O rombo da Previdência

HENRIQUE A. MARTINS \*

O déficit do INSS, que atende 24 milhões de aposentados brasileiros da iniciativa privada, é de R\$ 42 bilhões. Já o déficit da previdência dos servidores públicos, que atende só 1 milhão de trabalhadores, é hoje de aproximadamente R\$ 51 bilhões.

Só para exemplificar o tamanho desse rombo, em 2010 o gasto do governo federal com a saúde foi de R\$ 66 bilhões e, com a educação, R\$ 54 bilhões.

Hoje tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1992/2007, que cria o Fundo de Previdência Complementar do funcionalismo público e, se aprovado, fará com que o rombo previdenciário pare de crescer e, com o decorrer do tempo, comece a diminuir, contribuindo para a estabilização desse insuportável prejuízo. Quem examina os números do nosso balanço percebe o tamanho do rombo na Previdência Social, que só tende a aumentar, principalmente com as enormes despesas geradas pelas nababescas aposentadorias do funcionalismo público.

O projeto de criação do Fundo de Previdência Complementar do Funcionalismo Público tem como um dos seus maiores apelos a sua simplicidade. Ele determina um único teto para as aposentadorias públicas

e privadas, permitindo a quem quiser se aposentar com um rendimento acima do valor estipulado contribuir com a previdência complementar privada. Para quem já está no serviço público, não mudará absolutamente nada e os funcionários irão se aposentar dentro do acordo atual. A nova regra só valerá para os que iniciarem uma carreira pública após a aprovação do projeto, diferentemente de situações anteriores, quando foram mudadas as regras no meio do jogo, como aconteceu com a implantação do famigerado fator previdenciário, que jogou praticamente na mendicância a parcela da população de aposentados com mais de um salário mínimo.

Como exemplo de iniciativa bem-sucedida, temos a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, que tem um patrimônio de R\$ 145 bilhões graças a seus administradores e conselheiros, funcionários aposentados da instituição, e que têm as suas gestões fiscalizadas pelo Previc, Ministério da Previdência, CVM, Banco Central, Tribunal de Contas União e demais órgãos fiscalizadores do segmento.

Que os nossos parlamentares entendam a importância e a urgência desse projeto – a dívida pública brasileira agradecerá, e muito!

\* Consultor de investimentos

## Burocracia continuada

MARCUS JARDIM \*

A Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc) adotou, em 2010, procedimentos para a constituição de uma empresa ou para a alteração de dados específicos, quando passou a vigorar no Estado o sistema Registro Mercantil Integrado (Regin), em que os sócios pedem autorização prévia à junta, ao Estado e às prefeituras para constituir uma empresa. É uma pré-autorização que pretendia diminuir a burocracia. Na teoria, quando os sócios pedissem para constituir uma sociedade na Jucesc, o fariam, igualmente, para a prefeitura da sede da empresa e ao Estado. Autorizados, com o protocolo na junta e com o pagamento das taxas de vistorias, sairia o alvará de funcionamento.

A promessa da Jucesc na implantação do Regin era autorizar a constituição da empresa, perante todos os órgãos, no prazo de 48 ho-

ras, diminuindo a burocracia que faz do Brasil um dos países mais demorados no mundo para abrir uma empresa. Aconteceu o contrário: aumento do tempo de espera. Falta de servidores e de treinamento são os principais motivos para que o problema se agrave nas prefeituras catarinenses.

O balanço em um ano de Regin indica o aumento da burocracia e do tempo da tramitação dos processos de abertura de empresas, que apenas antecipou a burocracia de abertura de empresas. Antes, se esperava o fim da burocracia com a empresa aberta; hoje, se espera a burocracia para abrir uma empresa.

A Junta Comercial mantém um sistema que já nasceu para não funcionar, e preferiu mantê-lo como obrigatório, alimentando a burocracia, o combustível da corrupção e o berço da informalidade.

\* Advogado

Envie artigos com até 1.900 caracteres para [diariodoleitor@diario.com.br](mailto:diariodoleitor@diario.com.br). Eles serão avaliados e poderão ser publicados. Informe nome, endereço, telefone, profissão e número da identidade

## Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky

Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Melzer

## Conselheiros:

|                            |                      |
|----------------------------|----------------------|
| Betânia Tanure             | Jayne Sirotsky       |
| Carlos Melzer              | Luiz Henrique Fraga  |
| Cláudio Thomaz Lobo Sander | Marcelo Sirotsky     |
| Gustavo Ioschpe            | Pedro Pullen Parente |
|                            | Pedro Sirotsky       |

Vice-presidente SC: Eduardo Magnus Smith

Vice-presidente RS: Geraldo Corrêa

Vice-presidente Institucional e Jurídico: Paulo Tonet Camargo

Diretor Executivo de Finanças: Claudio Toigo Filho

Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios: Luciana Antonini Ribeiro

Grupo RBS

Presidente Emérito:  
Jayme SirotskyFundador:  
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)Diretor Institucional e Jurídico SC: Paulo Gallotti  
Diretor de Operações e Produto SC: Walter Bier Hoehner  
Diretor-Geral de Mercado SC: Mário Neves

## DIÁRIO CATARINENSE

Fundado em 5 de maio de 1986

Editor-Chefe: Nilson Vargas

Diretora Comercial: Luciana Luz

[www.diario.com.br](http://www.diario.com.br)